

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS COPERGÁS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Diretoria

A Copergás obteve importantes conquistas promovidas por inúmeras mudanças na sua forma de atuação e registrou resultados significativos em seus principais indicadores, apesar das adversidades macroeconômicas enfrentadas durante o ano de 2018. Dentre os principais indicadores, se destaca o crescimento de 38 km na rede de distribuição de gás natural, que passou a totalizar 792 km, que atendem a 28 municípios de Pernambuco. A Copergás intensificou a sua atuação no mercado residencial, o que proporcionou uma grande expansão do número de usuários, atingindo cerca de 37 mil clientes atendidos. Em 2018, a interligação de 6.144 novos consumidores, manteve a Companhia em posição de destaque no mercado de gás natural. A movimentação de gás natural apresentou um resultado 8% acima do previsto, com uma realização de 4.810 mil m³/dia, posicionando a Copergás, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), divulgados em dezembro/2018, como a quarta maior empresa de distribuição do Brasil em volume movimentado de gás natural. Atualmente a Copergás figura logo depois da Comgás, Ceg e CegRio. O volume do mercado não termoeletrico registrou um aumento de 5% em relação ao orçamento o que significou um recorde histórico. Em 2018, o segmento industrial pernambucano consumiu em média 1 (um) milhão de metros cúbicos de gás natural/dia.

O setor automotivo contribuiu para Pernambuco registrar recorde de vendas de Gás Natural Veicular (GNV), com uma média de 258,5 mil m³/dia registrados no mês de outubro. Com relação à frota de veículos, o ano também foi bastante positivo, considerando a adaptação de mais de 6,6 mil veículos ao combustível, elevando para 52.800 automóveis movidos a GNV no Estado, conforme dados do DETRAN-PE de 16/01/2019. No segmento comercial, a Copergás atingiu o número de 480 estabelecimentos abastecidos com o gás natural. Todos esses fatos endossam os benefícios ambientais, econômicos para a sociedade e conduzem à modernização do modelo energético estadual. Os números citados se traduziram em um recorde histórico no faturamento que foi de R\$1,34 bilhão e um lucro líquido de R\$ 81 milhões, superior em 14% em relação ao valor orçado. É importante citar ainda, a manutenção das Certificações ISO 9001 (Gestão de Qualidade), ISO 14001 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho), confirmada no segundo semestre de 2018. O ano de 2018 também foi marcado pelo início das obrigações previstas na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais). A Copergás implantou as determinações previstas e, hoje, encontra-se em completa sintonia com as novas regras de conformidade, governança e gestão de riscos. A condição relevante da Copergás na indústria do gás natural permite reforçar a aproximação da Companhia com a sociedade. Além dos serviços de distribuição de gás natural canalizado, isso se realiza por meio de apoio a eventos culturais, esportivos e educacionais. Com o destaque, em 2018, contaram com a participação da distribuidora, em iniciativas de apoio à educação por meio do programa "Ganhe o Mundo" e nas grandes produções como o Cine PE - Festival do audiovisual, o Festival REC Beat, o XXI Virtuosi e a Fenearte 2018. Também foram efetivadas contribuições aos Fundos Municipais do Idoso e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, ambas integrantes de políticas de incentivos fiscais. São ações, iniciativas e políticas que conduzem a Copergás ao reconhecimento da sociedade, por sua contribuição ao Estado de Pernambuco.

1. PERFIL DA EMPRESA - Empresa de economia mista com capital fechado, a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, tem como sócios o Governo do Estado de Pernambuco, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Criada pela Lei Estadual 10.656/1991 e outorgada pelo Contrato de Concessão assinado em 05/11/1992, a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS tem por objeto social a produção, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos. A COPERGÁS é, portanto, responsável pela distribuição de gás natural em todo o Estado de Pernambuco, sendo de sua responsabilidade a exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor ou segmentos industrial, comercial, veicular e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade.

2. NOSSA IDENTIDADE - A Copergás, focada no compromisso da consecução dos seus objetivos alinhados às políticas públicas do Estado, orienta suas atividades segundo um conjunto de direcionamentos de ordem estratégica, definidos por meio de seu planejamento plurianual, a saber: a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Globais priorizados para um horizonte de cinco anos, conforme descritos a seguir.

Missão	Visão	Valores
Distribuir o gás canalizado de forma ética e sustentável, econômica e ambientalmente, visando promover o desenvolvimento econômico e o equilíbrio entre o consumo de energia e a preservação do meio ambiente.	Estar presente nos municípios com maior potencial de desenvolvimento econômico e social, mantendo o equilíbrio entre o consumo de energia e a preservação do meio ambiente.	- Atuação ética, transparente e participativa; - Desenvolvimento de uma equipe qualificada e comprometida com os resultados do negócio; - Prevenção como regra para garantir a segurança; - Atenção, a criatividade e a inovação como foco; - Meios para oferecer o melhor nível de serviço ao cliente; - Compromisso de ser solidário e responsável internamente uns com os outros e externamente com a sociedade e o meio ambiente.

3. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Ações	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
ESTADO DE PERNAMBUCO	51,00%	0,00%	17,00%
PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO	24,50%	50,00%	41,50%
MITSUMI GAS E ENERGIA DO BRASIL LTDA	24,50%	50,00%	41,50%

4. GOVERNANÇA

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros	Representação
José Jorge de Vasconcelos Lima - Presidente	Estado de Pernambuco
João Bosco de Almeida	
Décio José Padilha da Cruz	
Sérgio Luís de Carvalho Xavier	GASPETRO
Djalma Roque de Amorim Júnior - até 19/12/2018	
Aisson Rangel Del Papa Araújo - a partir de 20/12/2018	
Raimundo Barreto Bastos	MITSUI
Luiz Flávio Beserra de Araújo	

4.2. COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Membros	Representação
Alexandre Moura Alves de Paula - a partir de 20/12/2018	Estado de Pernambuco
João Batista de Moraes Guerra - a partir de 20/12/2018	
Ladjane Ferreira Benning - a partir de 20/12/2018	
Carlos Augusto de Vasconcelos - a partir de 20/12/2018	GASPETRO
Marcio Musso de Góes - a partir de 20/12/2018	

4.3. CONSELHO FISCAL

Membros	Representação
Renato Xavier Thièbaut (Presidente)	Estado de Pernambuco
Sileno Sousa Guedes	
Danielle de Belli Claudino	
Bruno do Prado Castilho - até 10/04/2018	GASPETRO
Paulo Cícero Silva Neto - a partir de 11/04/2018	
Ângela Maria Almeida Fernandes - até 10/04/2018	
Ana Carolina Sartori Natal - a partir de 11/04/2018 até 24/10/2018	MITSUI
Celso José de Faria Viana - a partir de 25/10/2018	

4.3. DIRETORIA EXECUTIVA

Membros	Representação
Roberto Carlos Moreira Fontelles - Diretor Presidente - até 31/01/2019	Estado de Pernambuco
André Wilson de Queiroz Campos - Diretor Presidente - a partir de 01/02/2019	
Sérgio Waldir Ferrari - Diretor Técnico Comercial	GASPETRO
Luciano Couto Rosa Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro	

5. ASPECTOS CORPORATIVOS - Numa visão de futuro, a Copergás ampliou e modernizou suas instalações, em 2018, com a transferência para uma nova sede, localizada no bairro de Boa Viagem, Zona Sul do Recife, em edifício com estrutura apropriada para ocupação empresarial. A companhia passou a ocupar quatro pavimentos (térreo e mais três andares), numa área total de 2.224 metros quadrados, dotada de auditório principal com 100 lugares, refeitório, 14 salas de reuniões, sendo uma um pequeno auditório com 20 lugares, sala de treinamento e sala de convivência para os colaboradores. Todos os espaços possuem instalações adequadas de informática, acesso eletrônico e moderno sistema de segurança. Também em 2018, a Copergás implantou as ações previstas na Lei 13.303/2016, que instituiu o estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. A Lei estabelece novas regras de governança, contratação, conformidade e riscos, bem como trouxe novos requisitos mínimos de transparência a serem cumpridos pelas estatais. Em aderência ao referido comando normativo, foi feita a reforma do Estatuto Social da Copergás, criado o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia e criadas políticas e regimentos em conformidade com a citada lei.

6. AMBIENTE REGULATÓRIO - No Estado de Pernambuco, área de concessão da Copergás, a atividade de distribuição de gás natural é regulamentada pela Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE). É a ARPE que fiscaliza o cumprimento do contrato de concessão e os demais documentos e mecanismos relacionados à distribuição do gás canalizado no Estado. Também é função da Agência, fazer a intermediação entre o poder concedente, a concessionária do serviço público e o usuário final. O ano de 2018 foi marcado por debates a respeito das regras de repasse do custo do gás, bem como da revisão tarifária, em meio a tais discussões, houve o comprometimento da margem praticada pela Companhia. Por outro lado, estabeleceram-se as condições para a retomada do processo anual de revisão tarifária com seu total restabelecimento previsto para se efetivar a partir de maio de 2019.

7. RESULTADOS OPERACIONAIS - São estes os dados dos indicadores mais relevantes obtidos pela Copergás no ano de 2018: - Faturamento bruto de R\$ 1,34 bilhão; - 37.220 consumidores, dos quais, 36.500 no segmento residencial, com aumento de 20% da carteira de clientes; - Extensão da rede de gasodutos da Copergás chegou a 792 km; - Volume médio diário de 1,3 milhão de m³/dia no mercado não térmico número que representa um aumento de 7% em relação à venda média de 2017; - Investimentos de R\$ 21,470 milhões por meio da evolução das obras de expansão do segmento residencial/comercial na Zona Norte do Recife, passando por bairros como Casa Forte, Espinheiro, Tamarineira e Casa Amarela, Projeto Bolsa Pina e outros investimentos relativos à renovação dos ativos da Companhia. - Incremento de 48.231 m³/dia de vendas de GNV, que representa um aumento de 25,64 % em relação ao ano anterior; Seguem abaixo os dados mencionados e suas respectivas variações em relação ao ano de 2017

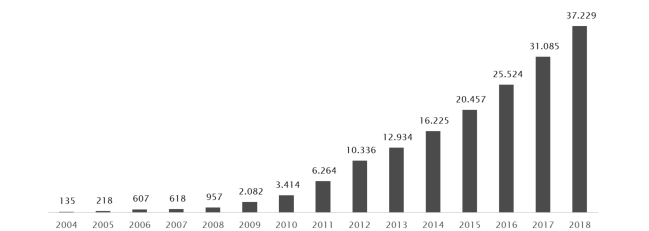
7.1. Volume m³/dia

	2017	2018
INDUSTRIAL	1.048.964	1.097.066
Variação	-	4,59%
VEICULAR	188.108	236.339
Variação	-	25,64%
COMERCIAL	9.344	11.551
Variação	-	24,42%
COGERAÇÃO	46.433	38.020
Variação	-	-18,05%
GERAÇÃO	277	279
Variação	-	0,67%
RESIDENCIAL	7.526	9.107
Variação	-	21,01%
CONSUMO PRÓPRIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	237	171
Variação	-	-27,77%
TOTAL NÃO TERMELÉTRICO	1.300.789	1.392.533
Variação	-	7,05%

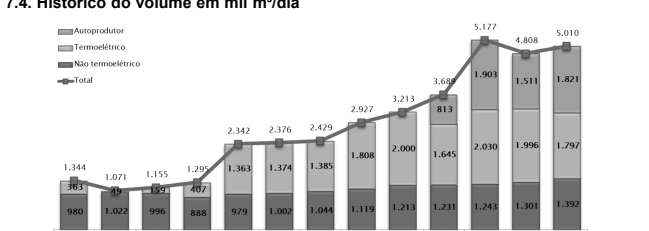
7.2. Histórico de número de usuários

SEGMENTOS	2017	2018
	Nº usuários UC	Nº usuários UC
Industrial	90	96
Veicular	69	67
Residencial/Comercial	30.907	37.062
Cogeração	1	1
Geração Elétrica	1	1
Termoeletrico	1	1
Autoprodutor	1	1
Total	31.070	37.229

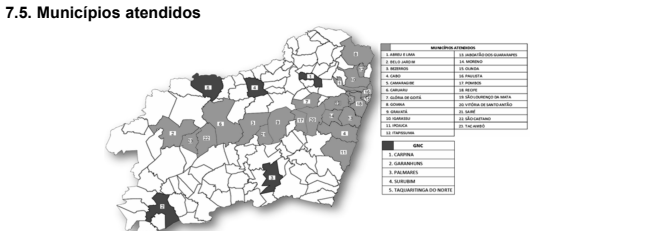
7.3. Histórico da evolução de Clientes



7.4. Histórico do volume em mil m³/dia



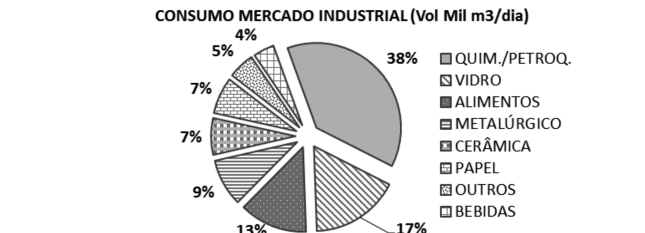
7.5. Municípios atendidos



7.6. Segmento Automotivo - A comercialização do GNV, em Pernambuco, durante o ano de 2018, alcançou um volume médio de 236 mil m³/dia. Desse total, 218 mil m³/dia, foram distribuídos por meio da rede de gasodutos da Copergás, e, 18 mil m³/dia, fornecidos por meio de transporte rodoviário, realizado por carretas, com o combustível na forma de Gás Natural Comprimido (GNC). O crescimento das vendas de GNV deu-se principalmente pelo restabelecimento dos esforços das equipes comerciais da Companhia no sentido de regularizar os contratos, reativar as relações com o conjunto de parceiros formado tanto pelos revendedores como pelos empresários dos ramos de oficinas e fornecedores de kits, como

também pelo aprimoramento das práticas comerciais o que possibilitou, por exemplo, o aproveitamento de oportunidades como aquela representada pela greve dos caminhoneiros, ocasião na qual o atributo "fornecimento contínuo" pode ser bem aproveitado pela equipe. Além disso, eventos como o aumento da disparidade dos custos da quilometragem rodada com GNV e outros combustíveis, provocado pelos aumentos dos preços da gasolina e etanol, contribuíram para o aumento da competitividade e atratividade do GNV.

7.7. Segmento Industrial - Responsável pelo maior consumo de gás natural, em Pernambuco, com forte contribuição para a economia estadual, o segmento industrial protagonizou um crescimento no consumo do energético no ano de 2018, equivalente a 4,59%, em comparação ao ano de 2017. Os segmentos atendidos com o gás natural e seus volumes neste segmento estão demonstrados a seguir:



Melhores práticas de gestão dos contratos comerciais, maior controle sobre as variáveis dos perfis operacionais e comerciais de cada cliente e incessante esforço gerencial na busca de modelos mais adequados de contratos frente as necessidades e expectativas do mercado, permitiram à Copergás o restabelecimento do crescimento de sua carteira de clientes industriais. Mesmo com a inexistência de previsão de ligação de novos clientes no segmento industrial, a ação comercial incrementou 07 novos clientes contratados, sendo 04 deles ligados em 2018, fato que não ocorria há 4 anos. A prospecção de mercado e de novas oportunidades de negócio por meio de dados de inteligência de mercado e intensa atividade das equipes comerciais também foram responsáveis pelas mudanças, com significativa melhoria dos resultados comerciais no segmento industrial da Copergás. Vale destacar que todas as conquistas citadas contaram com a aprovação e implantação da necessária Política Comercial, composta de uma melhor definição, padronização e adequação das disposições e regras que passaram a se efetivar por meio da adoção das respectivas minutas padrão de contratos para todos os segmentos.

7.8. Segmento Residencial e Comercial - Ao finalizar 2018 com mais de 36,5 mil consumidores residenciais e cerca de 480 no segmento comercial, a Copergás atende uma demanda da sociedade, com oferta de um produto adequado ambientalmente, e mais viável do ponto de vista econômico. A partir de dados de levantamento de mercado e com base no modelo de expansão da carteira de clientes da Companhia, é possível projetar uma capacidade de interligação superior a 42,8 mil novos consumidores residenciais, nos próximos cinco anos, atraídos pelos benefícios e vantagens que o gás natural canalizado concede, entre eles, mais comodidade, confiabilidade, segurança e competitividade. Os números demonstram as perspectivas dos segmentos residencial e comercial que, em 2018, foram acrescidos em 6.024 unidades residenciais, das quais, 2.371 na Zona Norte do Recife, e no comercial, foram interligados mais 122 estabelecimentos, sendo 43 deles na Zona Norte da Capital. O volume comercializado nos dois segmentos atingiu a média de 21.270 m³/dia. Reconhecidamente um combustível limpo, o gás natural também está atrelado à modernização. Nesse sentido, a Copergás prioriza obras e atividades de expansão, utilizando técnicas e equipamentos de última geração que permitem iniciar e concluir suas obras com interferências mínimas na rotina da população. Com tais procedimentos, a Companhia expandiu significativamente o número de consumidores residenciais e comerciais em operação, em 38 bairros de sete municípios, como apresentado no quadro:

Municípios	Bairros
Recife	Afogados; Apipucos; Boa Viagem; Caxangá; Cidade Universitária; Curado; Imbiribeira;Passaúna; Pina; Santo Amaro; Setúbal; Madalena; Ilha do Retiro; Torre; Afifios; Derby; Encruzilhada; Espinheiro; Graças; Jaqueira; Rosarinho; Tamarineira; Torreão; Ilha do Leite
Vitória de Santo Antão	Redenção
Camaragibe	Alberto Maia; Vila da Fábrica
Jaboatão dos Guararapes	Piedade; Candeias; Barra de Jardim Jordão
Paulista	Aurora;Centro;Maranguape I; Torres Galvão
Olinda	Casa Calada
Cabo de Santo Agostinho	Paiva;Mauriti.

8. RESULTADOS FINANCEIROS - A Copergás registrou aumento de 12% da receita operacional líquida em 2018, em comparação ao exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 81.626 mil, 14% acima do previsto.

	2017	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	955.525	1.066.055
Variação	-	12%
RESULTADO LÍQUIDO	88.222	81.626
Variação	-	-7%
INVESTIMENTOS	23.757	21.470
Variação	-	-10%
DESPESAS OPERACIONAIS	61.322	63.931
Variação	-	4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	270.933	282.093
Variação	-	4%

9. CAPITAL HUMANO 2018 - Faz parte da política de recursos humanos da Copergás a valorização de seus colaboradores, o que gera oportunidades e cria condições para capacitação, aperfeiçoamento e reconhecimento dos seus profissionais. Para isso, a Copergás desenvolve e incentiva mecanismos que contribuem com a interação das equipes, reforçando a atuação junto ao mercado de gás natural. Em 2018, a Companhia investiu em treinamentos voltados para a melhoria das aptidões e oferta de mais conhecimentos. Ações que foram viabilizadas por meio de cursos de especialização, pós-graduação, participação em seminários, palestras e treinamentos diversos, de acordo com as necessidades e conhecimentos da função de cada colaborador. Dessa forma, a Copergás atua contribuindo para o desenvolvimento profissional, a evolução e a qualificação dos seus colaboradores, além de garantir motivação e comprometimento diários na realização das atividades. Como reforço das ações de reconhecimento ao mérito profissional e motivação permanente de seu capital humano, a Copergás, mantém o Programa de Participação nos Resultados e Participação nos Lucros, que para o exercício de 2018, prevê a distribuição entre os colaboradores do quadro próprio o montante de R\$1.192.848,81, após a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

10. CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - O estímulo à participação de colaboradores em atividades de responsabilidade social e sustentabilidade, faz parte das ações propostas pela Copergás, que contribuem para melhoria de organizações e comunidades. Para isso a Companhia incentiva e apoia ações de voluntariado em parceria com seus colaboradores, como os relacionados a seguir: - Arrecadação mensal de livros didáticos e paradidáticos, roupas, equipamentos de informática e aparelhos eletrônicos à organização Trapeiros de Emaús. As doações são destinadas, após recuperação (se precisar) à venda, que tem os recursos adquiridos voltados para manutenção da instituição e suas atividades sociais; - Contribuição ao ISMEP - INSTITUTO DAS MEDIANEIRAS DA PAZ, localizada no bairro do Pina, com a doação de alimentos e materiais de limpeza; - Envio de resíduos recicláveis arrecadados por meio da campanha de Brigada Ambiental em parceria com a TerraCycle com o objetivo de viabilizar a coleta e o descarte ambientalmente corretos de resíduos. - Ações de conscientização ambiental, como competições educativas por meio de jogos De perguntas e respostas, palestras sobre coleta seletiva de óleo e oficinas de compostagem durante a Semana do Meio Ambiente, oferecendo conhecimento e respeito dos cuidados com o meio ambiente.

11. PATROCÍNIO - Para se tornar reconhecida e agregar valor à sua marca empresarial, a Copergás incentiva, apoia e patrocina programas de Educação, Esporte e Cultura, reno-

vando e ampliando os laços com a sociedade, incentivando valores similares ao que recomenda a Política de Patrocínios da Companhia. A participação em alguns programas foi mantida, como é o exemplo do programa educacional "Ganhe o Mundo", promovido pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que auxilia alunos em programas de intercâmbio internacional. Tradicional festival de música, que ocorre no Recife, durante o Carnaval, o REC Beat contou, por mais um ano, com o apoio da Copergás. O evento, que reúne milhares de jovens durante sua programação, traz para a marca da Copergás, a leveza e modernidade, inclusive, característicos ao gás natural. O Festival Internacional de Teatro também teve a parceria da Companhia, abrihantando os palcos pernambucanos, com exibições de espetáculos variados, durante mais de 15 dias, no mês de setembro. A arte popular, por mais um ano, contou com a parceria da Copergás, por meio do patrocínio à Fenearte 2018 - maior feira de artesanato da América Latina, que destaca a criatividade e qualidade dos artesãos locais. Ainda recebeu apoio da Copergás o Cine PE 2018, o XXI Virtuosi, a exposição "Quando a Vida é uma Euforia", o "Projeto Sertões", o documentário "Geraldo Freire", a "Corrida Guararapes", além de doações que beneficiaram o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso e o Fundo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ambos por leis de incentivo.

12. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE - Devidamente autorizada pelo Conselho de Administração, em atendimento às disposições estatutárias, a Copergás contratou a Maciel Auditores S/S, que ficou responsável pelos trabalhos de auditoria independente de suas demonstrações contábeis e opinou que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

13. PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA 2019-2023 - Em 2018, estabeleceu-se como prioridade absoluta o restabelecimento da capacidade da Companhia de gerar crescimento. Esse processo só pode se dar por meio da realização de novos negócios, da captação de clientes, do planejamento de seus investimentos e da capacidade de realizar suas obras, pensando assim, a Companhia adotou novas formas de atuar adotando práticas de gestão e execução mais eficazes. Como parte desses esforços, foi aprovado, em 2018, o Plano Plurianual de Negócios - PPN - Ciclo 2019 - 2023, que deu origem ao Orçamento Empresarial 2019. Esses documentos passaram a ser tratados como

peças de gestão e se tornaram a base do planejamento dos investimentos da Companhia. Sua elaboração incluiu etapas que foram desde o levantamento do mercado, a identificação de novos negócios e a captação de novos clientes, passando pelo processo de concepção dos projetos, apresentação, aprovação, avaliação econômica e financeira, até a criação da Carteira de Projetos da Companhia, seguido do planejamento da sua execução, desde a aquisição de materiais até a contratação de serviços e obras. Como resultado desse intenso trabalho de gestão e planejamento, a Copergás pode agora contar com um Plano de Investimentos médios acima de R\$ 40 milhões por ano, totalizando cerca de R\$ 230 Milhões ao final do ciclo de cinco anos.

A carteira de projetos representa o incremento de cerca de 150 mil m³/dia nas vendas totais da Companhia, além de 200 km de rede e de mais 47 mil novos clientes. É importante ressaltar que esse processo é contínuo, o que significa que seus números tendem a crescer sempre, na medida em que o grau de maturidade dos projetos evoluir e melhores condições para sua realização forem alcançadas. Os números relativos aos investimentos previstos são:

PLANO DE INVESTIMENTO 2019-2023 (R\$ M)	2019	2020	2021	2022	2023	5ANOS
EXPANSÃO DA REDE	21.463	29.659	14.784	16.712	24.357	106.975
SATURAÇÃO DA REDE	6.381	6.261	6.056	6.056	6.056	30.810
SUPORTE AO MERCADO CONSUMIDOR	12.117	16.410	17.093	17.714	12.256	75.589
ADMINISTRATIVO	1.986	7.351	2.338	2.333	2.419	16.427
TOTAL COMPETÊNCIA	41.946	59.681	40.271	42.815	45.088	229.802

Recife, 28 de fevereiro de 2019			
André Campos	Luciano Couto Rosa Guimarães	José Waldir Ferrari	
Diretor Presidente	Diretor Administrativo Financeiro	Diretor Técnico Comercial	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017											
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017						
ATIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO CIRCULANTE	Nota	31/12/2018	31/12/2017				
Caixa e Equivalente de Caixa	4	51.478.018	70.278.661	Empréstimos e Financiamentos	13	-	4.866.317	RECEITA LÍQUIDA - VENDAS DE GÁS E SERVIÇOS	15	1.066.055.031	955.518.748
Contas de Custódia	4	279.857	282.752	Fornecedores	10	43.060.879	92.004.815	Receita de Construção	17.5	21.367.261	23.756.625
Contas a Receber de Clientes	5	92.532.832	116.846.684	Obrigações Trabalhistas e Encargos Sociais a Pagar		4.014.348	4.854.118			1.087.422.292	979.275.373
Estoques		2.563.051	2.426.008	Tributos a pagar	6.2	6.022.750	9.256.575	CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS	16	(950.718.989)	(811.778.958)
Tributos a Recuperar	6.1	11.444.444	9.182.416	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	11.2	16.509.910	3.666.627	Custo de Construção	17.5	(21.367.261)	(23.756.625)
Outros Ativos		1.084.745	2.741.442	Débitos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	7	44.326.493	35.105.396			(972.086.250)	(835.535.583)
Total do Ativo Circulante		159.382.947	201.757.963	Outros Passivos		1.567.568	6.359.373	LUCRO BRUTO		115.336.042	143.739.790
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		115.501.948	156.113.221	RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				NÃO CIRCULANTE				Despesas Comerciais	17.1	(11.964.367)	(11.506.652)
Contas a Receber de Clientes	5	58.449.977	57.342.118	Empréstimos e Financiamento	13	-	8.516.055	Despesas Gerais e Administrativas	17.2	(45.828.353)	(36.703.574)
Créditos nas Operações de				Valores em Controvérsia - Contrato Termopernambuco	20	59.331.772	57.669.306	Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.3	35.664.767	1.794.237
Venda e Aquisição de Gás	7	52.664.591	32.855.730	Participação Financeira	14	8.465.157	9.654.134	LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		93.208.089	97.323.801
Depósitos Judiciais	8	13.354.992	11.771.636	Total do Passivo Não Circulante		67.796.929	75.839.495	Receitas Financeiras	17.4	4.530.708	9.265.482
Outros Ativos		4.337.078	1.368.919	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Despesas Financeiras	17.4	(2.031.268)	(3.010.082)
Total do Realizável a Longo Prazo		128.806.638	103.338.403	Capital Social	11.1	166.290.920	152.391.670	LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO		95.707.529	103.579.201
INTANGÍVEL	9	177.201.832	197.789.176	Reserva de Lucros		68.102.521	66.415.821	DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO			
Total do Ativo Não Circulante		306.008.470	301.127.579	Dividendos Adicionais Propostos	11.2	47.699.099	52.125.335	Imposto de Renda	6.3	(19.536.762)	(21.279.313)
TOTAL DO ATIVO		465.391.417	502.885.542	Total do Patrimônio Líquido		282.092.540	270.932.826	Incentivo Fiscal SUDENE	6.3	12.806.100	13.899.250
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		465.391.417	502.885.542	Contribuição Social	6.3	(7.351.277)	(7.977.389)
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017					Pessoal:						
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Nota	2018	2017		Remuneração direta	24.242.218	24.517.929	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Receitas					Benefícios	5.892.436	6.488.435	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
Receita com a distribuição de gás canalizado e outras	15	1.341.834.104	1.191.960.972		FGTS	1.241.923	1.223.927		Nota	31/12/2018	31/12/2017
Outras receitas		61.330.868	55.241.803			31.376.577	32.230.291	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.2	81.625.590	88.221.749
		1.403.164.972	1.247.202.775		Tributos:			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros					Federais	38.906.408	36.076.501	RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		81.625.590	88.221.749
Custos de industrialização do gás		(1.112.504.769)	(975.647.949)		Estaduais	64.874.796	56.683.478				
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(31.962.419)	(25.649.579)		Municipais	1.257.991	789.103				
		(1.144.467.188)	(1.001.297.528)		Outros	5.238.450	4.577.449				
(=) Valor Adicionado Bruto		258.697.784	245.905.247			110.277.645	98.126.531				
(-) Retenções					Financiadores:						
Amortização	9	(37.917.412)	(33.582.077)		Juros e despesas financeiras	2.031.268	3.010.082				
		(37.917.412)	(33.582.077)			2.031.268	3.010.082				
(=) Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade		220.780.372	212.323.170		Acionistas:						
(+) Valor Adicionado recebido em transferência					Juros sobre o capital próprio	14.703.864	16.437.032				
Receitas financeiras	17.4	4.530.709	9.265.483		Dividendos	51.335.777	55.791.962				
		4.530.709	9.265.483			66.039.641	72.228.994				
(=) Valor Adicionado total a distribuir		225.331.081	221.588.653		Lucros retidos	15.585.950	15.992.755				
						225.331.081	221.588.653				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017											
Reservas de Lucros											
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Total	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	142.208.609	10.183.061	28.384.829	54.038.237	92.606.127	40.661.826	-	275.476.562			
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados						(40.661.826)		(40.661.826)			
Aumento de capital social conforme 95º AGE de 14/12/2017	10.183.061	(10.183.061)			(10.183.061)			-			
Distribuição de reserva de lucros conforme AGE 96º de 14/12/2017				(32.000.000)	(32.000.000)			(32.000.000)			
Lucro líquido do exercício							88.221.749	88.221.749			
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal			2.093.505		2.093.505	(2.093.505)		-			
Constituição de reserva de incentivos fiscais		13.899.250			13.899.250	(13.899.250)		-			
Dividendos adicionais propostos						52.125.335	(52.125.335)				
Dividendos mínimos obrigatórios						(3.666.627)	(3.666.627)				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio						(16.437.032)	(16.437.032)				
Em 31 de dezembro de 2017	152.391.670	13.899.250	30.478.334	22.038.237	66.415.821	52.125.335	-	270.932.826			
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados						(52.125.335)		(52.125.335)			
Aumento de capital social conforme 102º AGE de 20/12/2018	13.899.250	(13.899.250)			(13.899.250)						
Lucro líquido do exercício							81.625.590	81.625.590			
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal			2.779.850		2.779.850	(2.779.850)		-			
Constituição de reserva de incentivos fiscais		12.806.100			12.806.100	(12.806.100)		-			
Dividendos adicionais propostos						47.699.099	(47.699.099)				
Dividendos mínimos obrigatórios						(3.636.678)	(3.636.678)				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio						(14.703.863)	(14.703.863)				
Em 31 de dezembro de 2018	166.290.920	12.806.100	33.258.184	22.038.237	68.102.521	47.699.099	-	282.092.540			
VARIACÃO NO ATIVO											
Contas a receber de clientes									23.205.994	(23.743.025)	
Estoques									(137.043)	(534.432)	
Tributos a recuperar									(1.701.905)	11.967.545	
Movimentação de depósitos									-	-	
Outros ativos operacionais	7	(1.906.067)	(292.574)						19.460.979	(12.602.486)	
VARIACÃO NO PASSIVO											
Fornecedores									(47.281.469)	(5.930.697)	
Impostos e contribuições									14.780.342	19.330.481	
Participações nos lucros									(1.965.067)	(1.913.898)	
Participação Financeira									(1.188.977)	(1.593.657)	
Outros passivos operacionais									20.191.572	13.003.850	
Caixa gerado nas atividades operacionais									(15.463.599)	22.896.079	
Pagamento de Juros sobre empréstimos e financiamentos									(850.044)	(1.728.637)	
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos									(18.014.167)	(20.732.406)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividade operacionais									(18.864.211)	(22.461.043)	
Total das atividades operacionais									80.428.095	110.583.054	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO											
Aplicações no Ativo Intangível	9	(19.017.167)	(23.756.625)						(19.017.167)	(23.756.625)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos											
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS											
Juros sobre o capital próprio pagos									(14.703.863)	(16.437.032)	
Dividendos Pagos									(52.125.335)	(72.661.826)	
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos									(13.382.373)	(4.866.317)	
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento									(80.211.571)	(93.965.175)	
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA									(18.800.643)	(7.138.746)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício									70.278.661	77.417.407	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício									51.478.018	70.278.661	
VARIAÇÃO NO CAIXA e EQUIVALENTES DE CAIXA									(18.800.643)	(7.138.746)	

gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis não têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são: **Nota 5** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. **Nota 9** - Amortização dos bens do ativo intangível: Taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período, segundo o contrato de concessão. **Nota 20** - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas chave para determinar o valor e probabilidade da saída de recursos.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

entidade sob o IASB (IFRS), e ainda as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações trazidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto com referência aos ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo Valor Justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **(a) Classificação corrente versus não corrente** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: i. Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. ii. Está mantido essencialmente para o propósito de ser negociado. iii. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. iv. É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: i. Espera-se que seja liquidado durante ciclo operacional normal da entidade. ii. Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. iii. Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. iv. A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. O Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

(b) Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma. A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i. No mercado principal para o ativo ou passivo. ii. Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. iii. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia classifica como Nível 1 os ativos (Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás), no passivo (Débitos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás) relacionados a variação do preço do Gás, visto que por se tratar de um mercado regulado os competidores tem acesso irrestrito a precificação, em geral emitidas por meio de resoluções da Agência Reguladora. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transações entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não ocorreram mudanças nos níveis avaliados. Em cada data de reporte, a Administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. A Administração também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação está em níveis aceitáveis. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

(a) Caixa e equivalente de caixa - Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicação financeiras de alta liquidez, de curto prazo, resgatáveis com insignificante risco de mudança de valor, que são registradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço e não superam o valor de mercado.

(b) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desconhecimento - A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

(c) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: - Inadimplência ou atraso do devedor; - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foram identificadas perdas por *impairment*, exceto aquelas registradas no contas a receber a título de provisão de créditos para liquidação duvidosa.

(d) Intangível - Itens objeto do contrato de concessão estão registrados no ativo intangível e são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). **(i) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(ii) Amortização** - Apesar da concessão de 50 anos, a amortização é calculada utilizando-se o método linear baseado no prazo de 10 anos conforme previsto no contrato de concessão. A amortização é calculada sobre o custo de itens do ativo intangível e reconhecida no resultado. Nota, que a fórmula de preço estipulada contratualmente pelo Poder Concedente é base substancial da fruição dos benefícios econômicos esperados pela Companhia, tenha visto que após o período de 10 (dez anos) a parcela do Ativo Intangível 100% (cem por cento) amortizada não irá compor o preço ao consumidor final. A amortização é calculada sobre o custo de itens do ativo intangível e reconhecida no resultado, Terrenos não são amortizados. **(iii) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Intangíveis** - Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa e contas a receber. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisitos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, sendo que as análises realizadas não apontaram necessidades de ajuste.

(e) Arrendamentos - A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis de baixo valor, aqueles nos quais os ativos subjacentes em base absoluta sejam inferiores a 3% da receita líquida do ano anterior, reconhecendo na conta de resultado os valores correspondentes ao contrato, a luz do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - Item 06. A Companhia identifica e classifica os contratos de arrendamento como sendo:

Classificação	Duração
Imóveis	15 anos
Equipamentos de Informática	2,5 anos
Veículos	2,5 anos

(f) Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos ou passivos fiscais são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(g) Receitas de contratos com clientes - O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R11)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R11)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Copergás avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Neste sentido, a Administração

		31/12/2018		31/12/2017
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativo (Circulante e não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.837.747	12.837.747	9.165.716
Contas a receber, líquidas	5	92.532.832	92.532.832	116.846.684
Gas Pago e Não Retirado (Take Or Pay)	7	52.664.591	52.664.591	32.855.730
Titulos e Valores Mobiliários	4	38.920.128	38.920.128	61.395.697
		196.955.298	196.955.298	220.263.827
Passivo (Circulante e não circulante)				
Fornecedores	10	102.392.651	102.392.651	149.674.121
Dividendos propostos	11.2	47.699.100	47.699.100	52.125.335
Juros sobre capital próprio a pagar	11.2	12.873.232	12.873.232	-
Gas Pago e Não Retirado (Take Or Pay)		44.326.493	44.326.493	35.105.396
Obrigações estatutárias		68.102.521	68.102.521	66.415.821
		275.393.977	275.393.977	303.320.673

Os Administradores da sociedade não identificaram necessidade de complemento da provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa e concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(j) Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(k) Planos de contribuição definida - As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

(l) Demonstrações de valor adicionado - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e está sendo divulgada como informação financeira suplementar.

(m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **- CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa** - De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CONTA DE CUSTÓDIA - A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	12.557.890	8.882.964
Aplicações financeiras (a)	38.920.128	61.395.697

tração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia. **(i) Receita de venda de gás** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de gás é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. O momento da transferência dos riscos e benefícios na venda de gás é mensurado de acordo com o consumo do gás pelo cliente. A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia tem como política, o reconhecimento da receita quando todos os critérios previstos no IFRS 15 (CPC 47) forem atendidos, mas isso não se limita a: - O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo cumprimento da obrigação de desempenho por parte da Companhia, ou seja a disponibilidade e consumo imediato do Gás - A Companhia transferiu para o cliente os riscos significativos e os direitos de propriedade do item; - A Companhia não mantém envolvimento gerencial, tão pouco, controle efetivo sobre o item vendido; - O montante da receita pode ser mensurado com confiabilidade; - É provável que o benefício econômico associado a transação flua para a Companhia; e - Os custos incorridos e a incorrer sobre a transação podem ser mensurados com confiabilidade. **(ii) Receita de serviços** - A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço, baseado no IFRS 15 (CPC 47), que orienta o reconhecimento da receita a partir de razoável e confiável mensuração do progresso para a satisfação completa de obrigação de desempenho. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos. As receitas de serviços representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável. **(iii) Contratos de construção - Receitas e custos** - As receitas e custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICP001, foram reconhecidos conforme IFRS 15 (CPC 47), que orienta o reconhecimento da receita a partir de razoável e confiável mensuração do progresso para a satisfação completa de obrigação de desempenho, proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização. A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidênciação das receitas e dos custos de construção. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes vencedores para realização das obras. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 17.5. **(iv) Passivos de contrato - Débitos na Venda e Aquisição de Gás** - Um passivo de contrato consiste na obrigação de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia recebeu uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia lhe transfira bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que ocorrer primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia cumpre as obrigações previstas no contrato, mesmo não havendo a transferência de bens ou serviços.

(h) Receitas financeiras e despesas financeiras - A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e multas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável da concessão são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(i) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

	31/12/2018	31/12/2017
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	51.478.018	70.278.661
Conta de Custódia (b)	279.857	282.752
	51.757.875	70.561.413

Total de Caixa e Equivalente de Caixa e conta de custódia
(a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Interna de Investimentos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2018 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas dentre 100,0% a 102,0% do CDI (mesma remuneração em 2017). As mesmas são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia possuindo liquidez imediata e não há perda significativa de valor. (b) Valores retidos em conta corrente do Banco do Brasil, que originalmente foram depositados pela TERMOPERNAMBUCO S.A., para pagamentos de faturas à Companhia com constituição de contrrovérsia.

	31/12/2018	31/12/2017
5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		
TERMOPERNAMBUCO S.A. (a)	67.782.339	122.933.546
Clientes do segmento industrial	28.814.168	27.603.604
Clientes do segmento veicular	6.579.264	4.330.439
Clientes do segmento Autoprodutor	37.169.717	15.305.810
Outros	11.583.443	4.961.525
Total de contas a receber	151.928.931	175.134.924
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(946.122)	(946.122)

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	150.982.809	174.188.802
Não Circulante (a)	92.532.832	116.846.684
	58.449.977	57.342.118
	150.982.809	174.188.802

(a) Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto à TERMOPERNAMBUCO são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGAS em 35 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. Sua composição refere-se: (i) faturas vencidas (R\$ 9.332 mil); (ii) faturas vencidas (R\$ 58.450 mil). A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	55.889.431	104.340.382
Vencidos até 90 dias (b)	11.121.087	3.966.499

Vencidos há mais de 90 dias (b)	84.918.413	66.828.043
	151.928.931	175.134.924
(b)Do montante do saldo de clientes vencidos de R\$ 96.039.500 (2017 - R\$ 70.794.542), R\$ 58.449.977 (2017 - R\$ 57.342.118), referem-se a parte das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural pela COPERGÁS e repasse do custo equivalente à TERMOPERNAMBUCO, conforme descrito na Nota Explicativa 20 e R\$ 34.032.348 (2017 - R\$ 8.285.381) são faturas relacionadas a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), cuja causa está judicializada e com garantia de depósito judicial por parte da Petróleo Brasileiro S/A. Em 2018 não houve movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao 'Contas a receber e outros recebíveis'.		
6 TRIBUTOS - 6.1 Tributos a Recuperar	31/12/2018	31/12/2017
Crédito Pis/Cofins (a)	136.613	33.355
Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b)	9.313.537	6.261.779
ICMS (c)	1.826.838	2.887.282
Outros	167.456	-
	11.444.444	9.182.416

(a)Crédito de PIS/COFINS decorrente da amortização do Ativo intangível e retenções na fonte. (b)Tanto o IRPJ como a CSLL apresentaram saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2018 e 2017. Tais valores foram transferidos para o ativo circulante para compensações no exercício subsequente. (c)Saldo composto principalmente do crédito sobre aquisição de bens permanentes.

6.2 Tributos a Pagar

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recolher - Regime normal	1.049.372	5.783.705
ICMS a recolher - Diferencial de alíquota	24.618	58.542
PIS/COFINS a recolher	1.906.664	1.478.728
IRRF - Folha de pagamento	198.969	217.282
INSS - Folha de pagamento	498.246	497.391
INSS retido na Fonte	177.410	154.432
ISS retido na fonte	132.697	121.507
ISS a recolher	1.858.486	765.291
Outros	176.288	179.697
	6.022.750	9.256.575

6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro - (i) Subvenções governamental - Em 29 de dezembro de 2014, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo 0220/2014, que concedeu à Copergás o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 1.943.100.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 1º de janeiro de 2014, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolou junto a Receita Federal do Brasil - RFB o Pedido de Reconhecimento de direito à redução do IRPJ. Através do Ato Declaratório Executivo DRF/REC Nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2015) a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de incentivos fiscais (Reserva de lucros), para posterior integralização ao Capital Social da Companhia. (ii) Imposto de renda e contribuição social A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	95.707.530	95.707.530	103.579.201	103.579.201
Contribuição social				
Adições e exclusões				
Permanentes:				
Brindes e patrocínios	596.258	596.258	584.244	584.244
Provisões não dedutíveis	80.930	80.930	882.711	882.711
Reversão de provisões	-	-	-1.000	-1.000
Juros sobre Capital Próprio	(14.703.863)	(14.703.863)	(16.437.032)	(16.437.032)
Total	81.680.855	81.680.855	88.608.124	88.608.124
Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação (20.396.214)	(7.351.277)		(22.128.031)	(7.974.731)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	859.452	-	856.094	-
(+/-) Outros	-	-	(7.376)	(2.658)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(19.536.762)	(7.351.277)	(21.279.313)	(7.977.389)
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	12.806.100	-	13.899.250	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.730.662)	(7.351.277)	(7.380.063)	(7.977.389)
(1) Está alíquota já considera o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R\$ 240mil/ano.				

7 DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDAS E COMPRA DE GÁS - Débitos nas operações de compra e venda de gás: Os débitos provêm do recebimento de valores de clientes referente a quantidade de gás paga e não retirada a título de Take or Pay (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS e seus clientes do mercado não termoeletrício, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2018 o montante a ser recuperado pelos clientes monta em R\$ 44.326.493 (2017 - R\$ 35.105.396). Créditos nas operações de compra e venda de gás: O montante de R\$ 52.664.591 (2017 - R\$ 32.885.730) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobrás referente a quantidade de gás paga e não retirada, conforme Contrato firme flexível, datado de 01 de março de 2009 e aditivos, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. Assim, quando apurada diferença positiva entre a obrigação de retirada mensal ou anual, em relação à quantidade de gás efetivamente retirada no mês ou no exercício, respectivamente, a Companhia é obrigada a pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença. A quantidade paga e não retirada poderá ser recuperada até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás. Para o contrato de compra e venda de gás para a Termopernambuco, o prazo de recuperação e pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano.

Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuada a hipótese de rescisão provocada pela TERMOPERNAMBUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados: - Até o limite da QDC ou aquele que venha a ser acordado entre a Copergás, Termopernambuco e a Interviente; - No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias seguintes ao do término do contrato.

Movimentação dos Créditos nas operações de compra e venda de gás:

	Em R\$	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.855.730	
(+) Adições	14.416.066	
(+) Atualização monetária contratual	20.427.355	
(-) Compensações	15.034.560	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	52.664.591	
A previsão para recuperação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro a seguir:		

Previsão de compensação em 2019		Em R\$	
Previsão de compensação em 2020		33.857.440	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		18.807.151	
8 DEPÓSITOS JUDICIAIS		52.664.591	
	31/12/2018	31/12/2017	
Processos trabalhistas	238.386	238.386	
Processo nº. 2004.83.00.006156 - 0	(a)	332.540	
Processo nº. 19647.002358/2003-51-G	(a)	638.535	
Processo nº. 2004.83.00.018397-5	(b)	681.337	
Processo nº. 10480.012750/2002-01	(a)	7.132.584	
Processo nº. 03782412420118190001	(c)	2.230.267	
Outros		2.080.800	
		13.354.992	

(a) Refere-se a processo de reconhecimento da isenção do IRPJ; (b) Refere-se a processo de abstenção de cobrança da faixa de domínio federal cobrada pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; (c) Refere-se a processo de cumprimento de sentença arbitral (TERMOPERNAMBUCO).

Movimentação dos depósitos judiciais:

COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Pesquisa e desenvolvimento	121.200	-	121.200	-	-	-
Terrenos	1.018.982	-	1.018.982	1.018.982	-	1.018.982
Edificações	162.868	(52.942)	109.926	162.868	(40.952)	121.916
Benf. em imóveis de terceiros	5.417.468	(4.737.507)	679.961	5.410.552	(4.609.218)	801.334
Instalações	379.020.639	(264.797.547)	114.223.092	374.426.223	(228.440.390)	145.985.833
Móveis e utensílios	2.069.314	(1.410.102)	659.212	1.722.536	(1.173.859)	548.677
Máquinas e equipamentos	4.586.230	(2.904.199)	1.682.031	4.394.122	(2.218.465)	2.175.657
Equipamentos de informática	11.913.277	(5.992.914)	5.920.363	9.862.048	(4.934.793)	4.927.255
Obras em andamento	44.321.909	-	44.321.909	32.617.389	-	32.617.389
Participação financeira	11.269.457	(2.804.301)	8.465.156	11.269.457	(1.677.324)	9.592.133
	459.901.344	(282.699.512)	177.201.832	440.884.177	(243.095.001)	197.789.176

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2018
Pesquisa e desenvolvimento	10	-	121.200	-	-	121.200
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	162.868	-	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.410.552	6.916	-	-	5.417.468
Instalações	10	374.426.223	3.984.223	610.847	(654)	379.020.639
Móveis e utensílios	10	1.722.536	346.778	-	-	2.069.314
Máquinas e equipamentos	10	4.394.122	2.012.426	-	(18.318)	4.586.230
Equipamentos de informática	10	9.862.049	2.051.228	-	-	11.913.277
Obras em andamento	10	32.617.388	14.174.168	(610.847)	(1.858.800)	44.321.909
Participação financeira	10	11.269.457	-	-	-	11.269.457
Subtotal		440.884.177	20.894.939	-	(1.877.772)	459.901.344
(-) Amortização acumulada		(243.095.001)	(39.604.511)	-	-	(282.699.512)
Total do intangível		197.789.176	(18.709.572)	-	(1.877.772)	177.201.832

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2017
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	115.368	47.500	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.395.572	14.980	-	-	5.410.552
Instalações	10	371.448.592	3.632.411	(654.780)	-	374.426.223
Móveis e utensílios	10	1.722.536	-	-	-	1.722.536
Máquinas e equipamentos	10	3.901.807	492.315	-	-	4.394.122
Equipamentos de informática	10	8.694.969	1.176.201	-	(9.121)	9.862.049
Obras em andamento	10	14.789.726	18.474.361	(574.677)	(72.022)	32.617.388
Participação financeira	10	10.040.000	-	1.229.457	-	11.269.457
Subtotal		417.127.552	23.837.768	-	(81.143)	440.884.177
(-) Amortização acumulada		(207.367.991)	(35.727.010)	-	-	(243.095.001)
Total do intangível		209.759.561	(11.889.242)	-	(81.143)	197.789.176

Do valor total de amortização calculada no exercício de 2018 de R\$ 39.604.510 (2017 - R\$ 35.727.010), apenas R\$ 37.917.411 (2017 - R\$ 33.582.077) foram contabilizados no resultado do exercício. A diferença de R\$ 560.122,40 (2017 - R\$ 551.275) refere-se a créditos de PIS/COFINS calculados sobre a amortização e R\$ 1.126.976 (2017 - R\$ 1.593.657) refere-se a amortização da Participação Financeira que é contabilizada em conta redutora no Passivo Não Circulante.

10 FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Petróleo Brasileiro S/A	99.767.050	147.003.683
Fornecedores diversos	2.625.601	2.670.438
Total de Fornecedores	102.392.651	149.674.121
Circulante	43.060.879	92.004.815
Não Circulante (a)	59.331.772	57.669.306
	102.392.651	149.674.121

(a) Faturas vencidas junto ao supridor, decorrentes das discussões acerca do ICMS da operação de compra de gás natural, conforme mencionado na Nota 20.

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 11.1 Capital Social - O capital social é composto de 123.277.847 (2017 - 112.973.710) ações sem valor nominal, sendo 41.092.617 (2017 - 37.657.904) ações ordinárias, e 82.185.230 (2017 - 75.315.806) ações preferenciais, todas de classe única. O valor total do Capital Social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 166.290.920 (2017 - R\$ 152.391.670). O capital autorizado é de 300.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas não resgatáveis, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.**11.2 Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº. 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. A proposta de distribuição do lucro líquido relativo ao exercício de 2018, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 81.625.590 (2017 - R\$ 88.221.749), pode ser demonstrada como segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	81.625.590	88.221.749
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital social	(2.779.850)	(2.093.505)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(12.806.100)	(13.899.250)
Lucro líquido ajustado para a determinação do dividendo	66.039.640	72.228.994
Distribuição proposta, equivalente a 100% do Lucro Líquido ajustado - R\$ 0,58 por ação (100% em 2017, R\$ 0,64 por ação), composta de:		
Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico)		
Juros sobre o capital próprio	14.703.863	16.437.032
Imposto de Renda Retido na Fonte	(1.830.631)	(2.046.411)
Dividendo complementar ao mínimo obrigatório	3.636.678	3.666.627

	31/12/2018	31/12/2017
Adições	11.771.636	11.201.586
Saldo no final de exercício	1.583.356	561.050
9 INTANGÍVEL	13.354.992	11.771.636
A amortização foi calculada com base no prazo dos ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços. Portanto, 10 anos é, no entendimento da Administração, o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos seus ativos intangíveis, e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação vai ao encontro das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no tocante aos itens 98, 98A e 98B do CPC 04 R1, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia. A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, por que: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade. Nos quadros a seguir apresenta-se a movimentação do intangível no exercício.		

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Pesquisa e desenvolvimento	121.200	-	121.200	-	-	-
Terrenos	1.018.982	-	1.018.982	1.018.982	-	1.018.982
Edificações	162.868	(52.942)	109.926	162.868	(40.952)	121.916
Benf. em imóveis de terceiros	5.417.468	(4.737.507)	679.961	5.410.552	(4.609.218)	801.334
Instalações	379.020.639	(264.797.547)	114.223.092	374.426.223	(228.440.390)	145.985.833
Móveis e utensílios	2.069.314	(1.410.102)	659.212	1.722.536	(1.173.859)	548.677
Máquinas e equipamentos	4.586.230	(2.904.199)	1.682.031	4.394.122	(2.218.465)	2.175.657
Equipamentos de informática	11.913.277	(5.992.914)	5.920.363	9.862.048	(4.934.793)	4.927.255
Obras em andamento	44.321.909	-	44.321.909	32.617.389	-	32.617.389
Participação financeira	11.269.457	(2.804.301)	8.465.156	11.269.457	(1.677.324)	9.592.133
	459.901.344	(282.699.512)	177.201.832	440.884.177	(243.095.001)	197.789.176

Saldo inicial em 01/01/2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2018
-	121.200	-	-	121.200
1.982	-	-	-	1.018.982
1.868	-	-	-	162.868
5.552	6.916	-	-	5.417.468
223	3.984.223	610.847	(654)	379.020.639
536	346.778	-	-	2.069.314
122	210.426	-	(18.318)	4.586.230
049	2.051.228	-	-	11.913.277
388	14.174.168	(610.847)	(1.858.800)	44.321.909
457	-	-	-	11.269.457
177	20.894.939	-	(1.877.772)	459.901.344
001	(39.604.511)	-	-	(282.699.512)
176	(18.709.572)	-	(1.877.772)	177.201.832

1.500.000 m³/dia. Em relação ao suprimento de gás natural para fornecimento à cliente termelétrica, que possui contrato exclusivo e independente dos demais clientes, relacionado com o fornecimento de gás à TERMOPERNAMBUCO S.A., no qual consta a PETROBRÁS como interveniente, existe compromisso de compra de quantidades de gás natural em relação a quantidade diária contratada até o ano de 2024 de 2.150.000 m³/dia. A partir de maio de 2004 até o último ano da vigência do contrato, tanto a Companhia como a TERMOPERNAMBUCO S.A. estão sujeitas as seguintes penalidades contratuais: I. Em relação a commodity: Quando o volume de compra mensal for inferior a 70% (setenta por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de Gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou por caso fortuito ou força maior. II.Em relação ao transporte: Quando o volume de compra mensal seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de gás por falha no fornecimento ou por caso fortuito ou força maior. As referidas penalidades contratuais são determinadas com base na multiplicação da insuficiência apurada no volume de compra pelo valor da parcela relativa à commodity e/ou transporte constante do preço do gás vigente no último dia do mês ou do ano de fornecimento a que se referem, com PIS/COFINS e exclusivo os tributos incidentes sobre sua comercialização. Os valores das penalidades deverão ser pagos pela Companhia e TERMOPERNAMBUCO S.A. no mesmo prazo e segundo as mesmas regras e demais condições para pagamento de faturas de gás relativas ao período de faturamento. As transações mercantis com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, empresa ligada, estão sendo realizadas de acordo com os preços estabelecidos nos referidos contratos celebrados. Todos os contratos descritos acima estão ativos e regulares, sendo que em 2018 e 2017 não há penalidades ou qualquer cláusula não cumprida satisfatoriamente.

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - A Companhia recebeu, em 12/09/2016, o repasse no valor total de R\$ 19.465.270 do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB pela linha FNE/PROINRA, visando financiar projetos para a construção e montagem de Rede de Distribuição de Gás Natural em aço-carbono, para os Ramais Norte e Glória de Goitá. O montante originalmente seria amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com a primeira em 02/10/2016 e a última em 02/09/2020, com taxa de juros prefixada em 11,18% ao ano, com um bônus de adimplência de 15%, porém sua liquidação foi antecipada para 2018 por interesse da Administração.

Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Não Circulante	-	-
	-	-
	-	-

Os juros registrados e pagos no período foram de R\$ 850.044 (2017 - R\$ 1.728.637), contabilizados como despesa financeira, de acordo com o descrito nas políticas contábeis.

14 PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia registrava os seguintes valores:

Acumuladores Moura S/A (a)	31/12/2018	31/12/2017
Outros	10.040.000	10.040.000
Amortização de Participação Financeira (b)	1.229.457	1.291.457
	(2.804.300)	(1.677.323)
	8.465.157	9.654.134

Refere-se à parcela do investimento na Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN paga pelos consumidores para sua interligação à rede da Copergás, de modo a atingir a viabilidade econômica do projeto, calculado conforme as regras definidas no Contrato de Concessão. (a)Participação financeira está diretamente vinculada a construção do gasoduto Caruaru - Belo Jardim, que possui uma extensão aproximada de 53Km, cuja obra foi concluída no decorrer de 2016, conforme aprovado pela Agência Reguladora. (b) Amortização calculada à taxa de 10% a.a. em conformidade com o Contrato de Concessão.

15 RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

Receita bruta de vendas e serviços	31/12/2018	31/12/2017
Vendas - Segmento Termoeletrico	456.808.008	522.344.630
Vendas - Segmento Industrial	715.916.904	628.522.289
Vendas - Segmento Veicular	132.000.951	94.500.830
Serviços - Segmento Autoprodutor	21.863.907	14.322.781
Outras vendas	20.485.481	15.605.844
Deduções da Receita Bruta	(5.241.148)	(83.335.402)
	1.341.834.103	1.191.960.972
Tributos sobre as vendas e serviços	(275.779.072)	(236.442.224)
	1.066.055.031	955.518.748

O crescimento de aproximadamente R\$ 150 milhões no total da receita bruta decorreu principalmente do aumento no volume de vendas nos segmentos industrial e veicular e também do reajuste da tarifa média de vendas decorrente do variação no preço da commodity para todos os segmentos. A tarifa de serviços (TUSD) não foi reajustada durante o exercício.

16 CUSTOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS

Commodity segmento termoeletrico	31/12/2018	31/12/2017
Commodity segmento industrial	(366.500.245)	(357.328.155)
Commodity segmento veicular	(438.620.460)	(346.916.776)
Custos com materiais e serviços	(92.091.673)	(59.536.188)
Outros	(42.893.263)	(39.262.675)
	(10.613.348)	(8.735.164)
	(950.718.989)	(811.778.958)

O crescimento de aproximadamente R\$ 139 milhões nos custos tem relação direta com o aumento no volume de vendas nos segmentos industrial e veicular mas também do reajuste do preço de aquisição da commodity para todos os segmentos.

17 DESPESAS OPERACIONAIS - 17.1 Despesas Comerciais

Pessoal	31/12/2018	31/12/2017
Conversão de clientes	(5.727.632)	(5.659.035)
Captação de clientes	(5.787.812)	(4.496.574)
Outras	(45.704)	(745.598)
	(403.219)	(605.445)
	(11.964.367)	(11.506.652)

17.2 Despesas gerais e administrativas

Pessoal	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	(15.934.259)	(15.975.039)
Serviços Pessoa Jurídica	(7.951.414)	(4.642.104)
Aluguéis	(4.672.368)	(4.202.233)
Participações nos lucros e resultados	(3.293.753)	(1.781.361)
Administrativas	(1.192.849)	(1.965.067)
	(12.783.710)	(8.137.770)
	(45.828.353)	(36.703.574)

17.3 Outras receitas (despesas) operacionais - De acordo com o contrato celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS e a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, tendo como interveniente a TERMOPERNAMBUCO S/A, caso haja falha no fornecimento de gás natural à Usina Térmica (TERMOPERNAMBUCO), por responsabilidade da PETROBRAS, esta pagará à COPERGÁS o valor equivalente a multiplicação da diferença entre a quantidade mínima de retirada de gás contratual e a efetivamente retirada, pela remuneração da COPERGÁS. Em 2018 foi registrada receita por falha de fornecimento de gás natural no montante de R\$ 9.136.348 (não houve registro em 2017). Também integram este item a Receita de Ship or Pay com a TERMOPERNAMBUCO no valor de R\$ 2.235.936 (2017 - R\$ 20.741.077), sendo que neste caso existe contrapartida em Outras Despesas Operacionais em montante equivalente, para pagamento à Petrobras, sendo um dos principais valores contemplados no item de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

Receita de TOP / SOP Termoeletrico (a)	31/12/2018	31/12/2017
Receita de falha de programação/ fornecimento Termoeletrico	2.241.187	24.425.746
Penalidade de programação Não Termoeletrico	9.453.931	540.626
Atualização de Take or Pay com supridores	4.112.296	1.144.032
Outras receitas operacionais	20.711.519	4.518.440
	3.444.675	856.333
Total de receitas operacionais	39.963.608	31.485.177
Custo de TOP / SOP Termoeletrico	(2.253.987)	(24.622.431)
Custo de falha de programação/ fornecimento Termoeletrico	(1.909.369)	(436.400)

Custo de TOP Não Termoeletrico	-	(4.409.091)
Outros custos	(135.485)	(223.018)
Total de despesas operacionais	(4.298.841)	(29.690.940)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	35.664.767	1.794.237
(a)A companhia possui contrato de compra e venda de gás natural junto a Termopernambuco S/A, na qual a Termopernambuco S/A está obrigada a uma retirada mínima de gás estipulada contratualmente. Quando a Termopernambuco S/A não alcança o compromisso mínimo de retirada de gás, a mesma incorre na incidência de TOP/SOP, e a Copergás emite cobrança conforme cláusula contratual sobre a diferença entre o compromisso mínimo de retirada e o que efetivamente foi retirado.		

17.4 Receitas e (Despesas) Financeiras

Juros/multas-obrigações fiscal e social	31/12/2018	31/12/2017
Juros e taxa sobre financiamentos	(803.772)	(1.466)
Descontos concedidos	(850.044)	(2.320.705)
Despesas bancárias	(1.547)	(22.997)
Outras despesas financeiras	-	(269.298)
Total das Despesas Financeiras	(375.905)	(395.616)
	(2.031.268)	(3.010.082)
	31/12/2018	31/12/2017
Receita sobre aplicações Financeiras	2.818.957	6.280.824
Juros e Multas	827.986	1.087.268
Atualização de créditos fiscais e depósitos judiciais	792.107	1.633.087
Outras	91.658	264.303
Total das Receitas Financeiras	4.530.708	9.265.482

17.5 Receita e Custo de Construção - Consoante o expresso na Nota 3, a construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de resultado.

	2018	2017
Receita de Construção	21.367.261	23.756.625
Custo de Construção	(21.367.261)	(23.756.625)
Resultado	-	-

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS - **18.1 Gerenciamento de riscos** - A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos que proíbe a negociação especulativa e comercial, com contratos firmados com instituições de grande porte e que apresentem experiência com instrumentos financeiros desta natureza. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: - Risco de crédito (ii); - Risco de liquidez (iii); e - Risco de mercado (iv). (i) **Estrutura de gerenciamento de risco** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade quanto à aprovação das políticas de gestão e monitoramento de risco da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (ii) **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os montantes envolvidos estão registrados principalmente no contas a receber de clientes e de saldo de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis** A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que

	Queda de 50%	Queda de 25%
Indexador		
CDI	3,57%	5,35%
IPCA	2,01%	3,01%
TJLP	3,26%	4,89%
IGP-M	2,13%	3,19%
WTIPUUS	(8,35%)	(12,53%)
	Saldo em 31/12/2018	Queda de 50%
Disponibilidade e aplicações financeiras		
Caixa e equivalentes de Caixa	N/A	12.837.747
Aplicações Financeiras	100% CDI	38.920.128
Clientes	IGP-M	151.928.932
Take or Pay com supridora	WTIPUUS	52.664.591
		216.483
Fornecedores	IPCA	99.767.050
Take or Pay com clientes	WTIPUUS	44.326.493
		(3.702.959)
		(1.702.629)

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A Companhia não inclui informações adicionais sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

19 COBERTURA DE SEGUROS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo intangível no montante de R\$ 497.086.587,06 (2017 - R\$ 477.734.453), bem como seguros de responsabilidade civil para as operações no montante de R\$ 5.000.000, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

20 PROCESSOS JUDICIAIS - A Companhia possui ações judiciais, nas quais figura no polo passivo, e que segundo seus consultores jurídicos contratados, elas apresentam risco de perda possível, pelo que não se encontram provisionados. Para a Ação Ordinária de Rescisão Antecipada do Contrato Administrativo DTC 001/05, cumulada com Indenização por Perdas e Danos, movida pela GDK S.A., que pleiteia a rescisão indireta do referido Contrato e indenização por prejuízos estimados em R\$ 55 milhões, se tem que: A sentença de mérito proferida em março de 2010 foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em julho de 2014, para que a instrução processual fosse reaberta para oportunizar as partes a produção de provas, e consequentemente, a realização de novo julgamento. Tal decisão foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), operando o trânsito em julgado e retornando o processo para a 27ª vara cível de Recife/PE, que seguirá com a reabertura da fase probatória. O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2018, segundo os consultores jurídicos, está estimado em um montante de cerca de R\$ 238 milhões e consideram a probabilidade de perda possível.

CONTROVÉRSIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARA A TERMOPERNAMBUCO

Em setembro de 2010 a TERMOPERNAMBUCO S.A. ingressou com pedido de arbitragem perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) na cidade do Rio de Janeiro, processo arbitral autuado sob o n. 2010.00865. O ingresso se deu contra a COPERGÁS, cujo pedido foi pela solução de controvérsia da improcedência de repasse do ICMS interestadual no custo de aquisição do gás natural vendido pela COPERGÁS àquela usina termelétrica. A COPERGÁS sustentou que em razão da Lei que isentava o ICMS nas vendas internas de gás canalizado para as usinas termelétricas no Estado de Pernambuco, o ICMS interestadual deixou de ser não cumulativo para figurar como cumulativo, sendo possível repassá-lo ao custo do gás. O Tribunal Arbitral proferiu sentença final em 15 de junho de 2011, julgando-se precedente o pedido feito pela TERMOPERNAMBUCO para que cessasse o repasse do ICMS interestadual ao custo de aquisição do gás natural pela COPERGÁS. Em 22 de agosto de 2011 a COPERGÁS ingressou com ação anulatória de sentença arbitral que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001. A sentença judicial de 1ª instância foi publicada em 09.01.2013, extinguindo o processo com julgamento do mérito, declarando-se a decadência do Direito de ação da Copergás. A Copergás interpôs apelação cível em 14 de fevereiro de 2013, tendo sido provido o recurso à unanimidade, em abril de 2014, pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desconstituindo e anulando a sentença arbitral e o processo de arbitragem para o seu início, para que a Petrobras seja parte no processo. A TERMOPERNAMBUCO apresentou recurso especial (Resp.) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo negado seguimento pelo T.J/RJ. Em Novem-

bro/2014, a TERMOPERNAMBUCO apresentou Agravo de Instrumento para que o (STJ) apreciasse a decisão do (TJ/RJ). Agravo este distribuído sob o nº 655301/RJ. Em 02 de março de 2015 foi publicada decisão monocrática dando provimento ao agravo em recurso especial para apreciar o recurso especial interposto pela Termopernambuco. Em 13 de março de 2015 o recurso especial foi distribuído sob o nº 1519041/RJ. Em 01 de setembro de 2015 foi realizado o julgamento do recurso especial interposto pela Termopernambuco, sendo provido, por votação unânime, sendo publicado o acórdão em 11.09.2015. Em 18 de setembro de 2015 a COPERGÁS opôs embargos de declaração, sendo-os julgados improvidos. O processo foi remetido do STJ para que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realize novo julgamento para os demais pedidos formulados na ação e não apreciados em quaisquer das instâncias do Poder Judiciário, conforme exposto no próprio acórdão do STJ. Assim, caso qualquer destes pedidos remanescentes seja acolhido, o resultado será o mesmo: a anulação da sentença arbitral discurtada. Poucos dias após o ajuizamento da ação anulatória de sentença arbitral, a TERMOPERNAMBUCO ingressou com ação de cumprimento de sentença arbitral, que tramita pela 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, sob o número 300946-08.2011.8.19.0001. Nessa ação, o juízo decidiu pela liberação à TERMOPERNAMBUCO dos valores até então depositados por ela na Conta de Custódia. Também como reflexo da referida decisão, a partir de agosto de 2011, a COPERGÁS deixou de faturar contra a TERMOPERNAMBUCO a parcela do custo de aquisição do gás natural equivalente ao ICMS interestadual da operação de compra do produto perante a Petrobras. Após ter deixado de faturar contra a TERMOPERNAMBUCO a parcela do custo de aquisição do gás natural equivalente ao ICMS interestadual, a COPERGÁS passou a declarar controversos os respectivos valores que lhe foram cobrados pela Petrobras, valores estes que vinham sendo depositados em Conta de Custódia, sendo reconhecidos contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia, juntamente com os valores anteriormente declarados controversos pela TERMOPERNAMBUCO. Em outubro de 2013, foi firmada a transferência financeira entre COPERGÁS e PETROBRAS dos valores que estavam depositados em conta de custódia até então, no montante de R\$ 53.087 mil, seguindo dispositivo contratual e com expressa ressalva de que os valores transferidos permanecem em controvérsia. Desde então a COPERGÁS vinha liquidando na sua integralidade, todos os títulos com a PETROBRAS, seguindo dispositivo contratual e com expressa ressalva dos valores, mas sem deixar de constituir a controvérsia contabilmente no Passivo Circulante na rubrica de valores em controvérsia. Em contrapartida, como rubrica retificadora são registrados todos os pagamentos decorrentes dessa mesma controvérsia. Diante desse cenário, os advogados da Companhia avaliaram como possível o êxito da COPERGÁS no procedimento judicial que requer a anulação da sentença arbitral, motivo pelo qual, o montante a valores históricos, objeto da controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO e que se encontrava depositado na Conta de Custódia, até então contabilizado no Ativo Circulante como valores depositados em controvérsia, após ter sido restituído à TERMOPERNAMBUCO, foi reclassificado dentro do próprio Ativo Circulante, e posteriormente para o Ativo Não Circulante, para a rubrica de contas a receber de clientes. Demais disso, considerando que a decisão de anulação da sentença e do processo arbitral iniciado pela TERMOPERNAMBUCO, proferido pelo TJ/RJ não possuiu efeito suspensivo e ante a não existência de qualquer recurso dotado desse efeito que impedisse a produção imediata dos regulares efeitos jurídicos oriundos da decisão, a COPERGÁS retomou o processo de faturamento que era realizado até o início de 2011, passando a cobrar o ICMS interestadual à TERMOPER-

CONTINUAÇÃO
NAMBUCO como custo do gás, o que durou até 11 de maio de 2015 quando por meio da medida cautelar, Processo nº: 24.294/RJ, a TERMOPERNAMBUCO obteve o efeito suspensivo do julgado pelo TJRJ. Em 31 de dezembro de 2018 o balanço dos valores totais envolvidos em controvérsia era conforme apresentado a seguir:

Ativos	31/12/2018	31/12/2017
Controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO (a)	33.553.161	32.448.197
Valores faturados e não pagos pela TERMOPERNAMBUCO(b)	<u>25.176.673</u>	<u>25.176.673</u>
Saldo	58.729.834	57.624.870
Circulante	279.857	282.752
Não Circulante	58.449.977	57.342.118
	<u>58.729.834</u>	<u>57.624.870</u>
Passivos	31/12/2018	31/12/2017
Controvérsia declarada pela COPERGÁS (c)	193.116.704	192.008.846
Valores Pagos em controvérsia	<u>(133.784.932)</u>	<u>(134.339.540)</u>
Saldo	59.331.772	57.669.306
Circulante	279.857	282.752
Não Circulante	58.777.165	57.669.306
	<u>59.331.772</u>	<u>57.669.306</u>

(a) Controvérsia declarada pela TERMOPERNAMBUCO dentre dez/2007 e ago/2011; (b) Valores faturados de out/2014 a abr/2015 não pagos pela TERMOPERNAMBUCO sem declaração de controvérsia. (c) Controvérsia declarada pela COPERGÁS dentre set/2011 a set/2014 e mai/2015 a mar/2016; Em 14 de dezembro de 2015 foi aprovada a Lei nº 15.674, que revogou a Lei estadual nº 12.556, de 7 de abril de 2004, revogando portanto a isenção do ICMS nas vendas internas de gás natural utilizado por usina termelétrica. Tal lei produziu seus efeitos a partir de 1º de abril de 2016, pelo que cessou a isenção de ICMS no Estado para fins de fornecimento de gás às usinas termelétricas, passando a operação de venda de gás à Termopernambuco a ter a tributação normal pelo ICMS. Em 09.09.2013 a COPERGÁS foi notificada pela PETROBRAS S.A. sobre a instauração de arbitragem n. 2013.00890, que tramita perante o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA). O objeto consiste na cobrança do valor do ICMS em razão da venda interestadual de gás. A PETROBRAS aditiu à inicial para incluir a TERMOPERNAMBUCO no polo passivo e acrescentar o pedido de reequilíbrio econômico financeiro dos contratos, tendo em vista a defasagem do preço do gás. A TERMOPERNAMBUCO se manifestou pela sua exclusão da arbitragem, o que foi objeto de impugnação pela COPERGÁS e PETROBRAS. Em 17.06.2015 a COPERGÁS se manifestou sobre a petição inicial da PETROBRAS, explanando sobre os pontos de sua defesa. Em 28.11.2018 o Tribunal Arbitral emitiu a sentença julgando improcedentes os pedidos da Petrobras e parcialmente procedente o pedido principal da Copergás para condenar a Petrobrás ao pagamento de indenização equivalente ao valor cobrado e pago pela Copergás à título de ICMS incidente na operação Upstream. A Sentença Arbitral é irreversível, passível somente de ação própria de anulação judicial, e mesmo assim quando encontrar amparo nas hipóteses taxativas trazidas pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações. Em 31 de dezembro de 2018 a possibilidade de perda é remota, no valor de R\$ 74.686.696 (Procedimento arbitral nº: 2013.00890). O valor atualizado da ação anulatória de sentença arbitral autuada sob o número 0298605-09.2011.8.19.0001, que tramita na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 2018 apresenta possibilidade de perda possível, e está estimado em R\$ 37.023.979 (trinta e sete milhões, vinte e três mil, novecentos e setenta e nove reais).

21 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - Em conformidade com as disposições contidas na Lei Nº. 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Resultados pelos empregados aprovada pelo Conselho de Administração, foi proposto o Programa de Participação nos Resultados - PPR para o exercício 2018, negociado nos termos do Inciso I do Art. 2º da referida Lei. Também para o exercício 2018 foi estabelecido o Programa de Participação nos Lucros - PPL, com base nas disposições contidas na Lei Nº. 6.404/1976 e na Política de Participação nos Lucros pelos Diretores aprovada pelo Conselho de Administração. O valor provisionado para o exercício de 2018 à título de Participação nos Lucros aos Diretores e Participação nos Resultados aos empregados foi de R\$ 1.192.849 (2017 - R\$ 1.965.067), e está apresentado na rubrica de "Despesas Gerais e Administrativas" na demonstração do resultado consolidado.

22 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - A Companhia oferece desde 2010 aos empregados plano de previdência privada, na modalidade plano fechado de contribuição definida, em que a contribuição da empresa é

paritária à contribuição do empregado até o limite de 6% do salário, conforme opção do empregado. O Plano GASPREV é um plano multipatrocinado administrado pela PETROS, totalmente desvinculado dos demais planos administrados pela mesma, não havendo solidariedade entre a COPERGÁS na qualidade de patrocinadora e os demais patrocinadores ou instituidores dos demais planos de previdência administrados pela PETROS. No decorrer de 2018 as contribuições totais ao plano somaram R\$ 863.754,04 (2017 - R\$ 1.140.390,09) dos quais R\$ 562.671,91 (2017 - R\$ 562.880,90) referem-se aos valores patrocinados pela COPERGÁS.

23 EVENTOS SUBSEQUENTES - A Companhia, até 08 de março de 2019, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018.

ANDRÉ WILSON DE QUEIROZ CAMPOS Diretor Presidente	LUCIANO COUTO ROSA GUIMARÃES Diretor Administrativo-Financeiro
JOSÉ WALDIR FERRARI Diretor Técnico-Comercial	ALEXANDRE CARLOS DE CARVALHO LISBÔA Contador CRC-PE 016.912/O-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Aos Conselheiros e aos Diretores da Companhia Pernambucana de Gás
COPERGÁS Recife - PE

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram o relatório em 7 de março de 2018, com opinião com ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.	
MACIEL AUDITORES S/S	
2 CRC RS 5.460/O-0 T-SP	
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA	LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC/RS 71.505/O-3 T-SP	Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico	Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2018, sendo de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da COPERGÁS. Tal posição tomou como base o Relatório da MACIEL Auditores Independentes de 28 de fevereiro de 2019.

Recife, 29 de março de 2019.	
RENATO XAVIER THIÉBAUT Membro Efetivo do Conselho Fiscal	SILENO SOUSA GUEDES Membro Efetivo do Conselho Fiscal
DANIËLLE DE BELLI CLAUDINO Membro Efetivo do Conselho Fiscal	CELSO JOSÉ FARIA DE VIANA Membro Efetivo do Conselho Fiscal

PAULO CÍCERO SILVA NETO
Membro Efetivo do Conselho Fiscal